

Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Assunto: Denúncia de Irregularidades em Pregão Eletrônico na Prefeitura de PEDRINÓPOLIS (MG)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Eu, Marina de Faria Mendonça, brasileira, empreendedora, casada, residente e domiciliada na Rua Guarará, 50, apt. 102, Bairro Eldorado, na cidade de Patos de Minas (MG), telefone (34) 99880-8358, portadora do RG 12.068.322 (SSPMG) e do CPF 044.937.126-35, venho, por meio desta denúncia, relatar irregularidades no Pregão Eletrônico realizado na Prefeitura de Pedrinópolis, através do portal "Licitanet", que ocorreu no dia 17.07.2023. Sou representante legal da empresa Yallah Brazil Ltda. e estou ciente da responsabilidade legal pelas informações aqui prestadas.

Informações da Licitação:

Pregoeiro(a) / Agente de Contratação(a): GIOVANE ANTÔNIO DA CUNHA ALVES

Data Disputa: 17/07/2023 09:00:00

Critério de julgamento: Menor preço por Item / Lei nº: 10.520/02

Modo de disputa: Aberto

Comprador: MUNICIPIO DE PEDRINÓPOLIS/MG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PNEUS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINÓPOLIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL PROCESSO Nº 095/2023

d) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023

e) Portal do Pregão: LICITANET

Irregularidades:

Em 17.07.2023, nossa empresa participou do referido pregão, e na data de 18.07.2023 a empresa Pneus Pedrinópolis Ltda. foi habilitada em diversos itens, apesar de (1) não ter apresentado alguns documentos exigidos no edital, (2) ter apresentado vários documentos vencidos, além de (3) não ter encaminhado proposta final de preços, como exigido no Edital de convocação.

Ocorre que a referida licitação, regida pelo edital do Processo nº 051/2023, apresentou sérias falhas que comprometem os princípios basilares da administração pública, em especial o da vinculação ao instrumento convocatório, o que implica em uma possível afronta à legalidade e ao interesse público.

De acordo com o edital supracitado, item A) 9.2.10, é explicitamente estabelecido que para comprovar a qualificação técnica, as empresas interessadas deveriam apresentar uma declaração de que o produto ofertado atende às exigências da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, além de possuir a condição de apresentar, quando solicitado pela Administração, documento comprobatório que ateste o atendimento a tais exigências. No entanto, a empresa "Pneus Pedrinópolis Ltda." **não apresentou tal documento**, o que, por si só, deveria tê-la desabilitado.

Além disso, consta no item E) 9.2.9 do mesmo edital a exigência de apresentação de Certidão Simplificada ou Simplificada Digital da Junta Comercial, emitida há no máximo 90 dias, com a finalidade de comprovar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Mais uma vez, a empresa em questão **não cumpriu essa determinação**, demonstrando claramente o não atendimento aos requisitos estabelecidos.

Não obstante, a empresa "Pneus Pedrinópolis Ltda." **apresentou vários documentos vencidos**, alguns há mais de 01 (um) ano. Documentos importantes para comprovar a lisura da empresa em participar de Licitações.

E para completar, a referida empresa "Pneus Pedrinópolis Ltda." **não apresentou proposta final de preços**, quando solicitada pelo pregoeiro.

Cabe ressaltar que nossa empresa, Yallah Brazil Ltda., interpôs recurso dentro do prazo estabelecido, contestando a habilitação da referida empresa e apontando as irregularidades mencionadas. No entanto, o recurso foi negado com base, dentre outras, na justificativa de "excesso de formalismo", o que demonstra uma interpretação equivocada do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Além disso, não responderam à questão de não terem apresentado proposta final de preços.

Sendo assim, solicito a este Tribunal que realize a devida investigação sobre o caso, a fim de apurar as possíveis irregularidades ocorridas durante o Pregão Eletrônico mencionado, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Por conseguinte, requeiro respeitosamente que seja instaurado um procedimento de fiscalização e apuração da irregularidade ora denunciada, visando à anulação da habilitação da empresa "Pneus Pedrinópolis Ltda." e a devida responsabilização dos agentes públicos envolvidos na condução do processo licitatório.

Permaneço à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais e fornecer documentações comprobatórias, caso necessário. Seguem anexos documentos que julgamos esclarecedores e formadores de prova.

Atenciosamente,

Marina de Faria Mendonça – Patos de Minas, 16.08.2023.